

ENTRE LIBERAIS, CONSERVADORES E AUTORITÁRIOS: RELAÇÕES INTELECTUAIS E POLÍTICO-ECONÔMICAS À DIREITA NA HISTÓRIA BRASILEIRA DO TEMPO PRESENTE¹

Camila Barbosa Monção Miranda²

Resumo: Nota-se nos últimos anos um aumento significativo das práticas e das manifestações de direita na política e economia no Brasil. A direita brasileira tem se mostrado múltipla, sendo verificado neste espectro discursos e ações ligados ao liberalismo, conservadorismo e autoritarismo. Essas expressões “direitistas” aparecem em diferentes instâncias sociais, tanto dentro do governo, de maneira institucional, como fora. Contudo, o avanço da direita brasileira não é fenômeno exclusivo dos anos recentes. Por isso, é preciso, cada vez mais, compreender que essa direita é extremamente diversa e que os movimentos que a compõem hoje não começaram no século XXI. Tratar o crescimento da direita no Brasil como algo repentino, ou sua constituição interna como um bloco hegemônico, apaga as concessões, acomodações e divergências entre os diferentes grupos desse espectro político ao longo da história brasileira. Entender as relações dentro da direita no Brasil e desta com as demais manifestações políticoeconômicas nacionais e internacionais é fundamental para que possamos compreender a gestão da crise que vivemos hoje em nosso país. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva, portanto, perceber quais liberalismos se fortaleceram no século XX e quais suas relações com as práticas e discursos liberais do século XXI, dando foco para os processos da busca pela hegemonia nos centros de poder e no meio social brasileiro e suas relações com as demais manifestações do espectro político da direita no país.

Palavras-chave: Liberalismo; ditadura militar brasileira; pensamento liberal; direitas no Brasil; história do tempo presente.

-
- 1 Optou-se por não destacar o recorte temporal específico no título do trabalho por considerar os debates sobre a ditadura militar brasileira e sobre as práticas liberais desse período como partes constituintes do presente vivido no Brasil. Ademais, a proposta de estudo que será apresentada caminhará entre o presente vivido, o passado ditatorial e o pensamento liberal do contexto de Guerra Fria – sendo os dois últimos mobilizados no presente. É notório que as vivências múltiplas da história brasileira da segunda metade do século XX estão vivas no nosso presente.
 - 2 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (2018); graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015); doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP.

Em 1993, pouco depois do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, a Revista USP lançou o dossiê *Liberalismo/Neoliberalismo* com o objetivo de oferecer a “origem e história do liberalismo, o contexto e situação dessa corrente, sua especificidade brasileira, etc.”³. A proposta do dossiê, segundo o texto do editor, seria levar aos leitores as diferentes perspectivas sobre o liberalismo e o neoliberalismo, temas controversos no momento (e ainda hoje), principalmente devido ao fato de que Collor tinha sido eleito com um discurso que ficou conhecido como neoliberal.

Curioso é o que Oliveiros S. Ferreira, responsável pelo primeiro artigo do dossiê, afirma logo no início de seu texto: “Se me perguntarem se existe liberalismo no Brasil, responderei que se existem alguns que se consideram liberais, liberalismo não existe, porque nunca existiu”⁴. O autor sustenta que, por mais que existam aqueles que se consideram liberais na cena política, as práticas liberais, de fato, nunca teriam se estruturado no Brasil.

A partir desse problema colocado por Oliveiros Ferreira, desperta-se o centro do interesse da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. Tal interesse pode ser resumido na historização do liberalismo brasileiro, especialmente o pensamento liberal desenvolvido no Brasil na segunda metade do século XX, a partir de seus atores. Ou seja, dos sujeitos que Ferreira apontou como liberais. Afinal, se existiram indivíduos e instituições que tentaram traduzir, adaptar, repensar e aplicar o liberalismo para o contexto brasileiro, com sucesso ou não, logo, é possível falar da história do liberalismo no Brasil.

Sabe-se, contudo, que pensar o “liberalismo”, dentro ou fora do contexto nacional brasileiro, não é tarefa simples. Afinal, o “liberalismo” ou “ser liberal” não são concepções a-históricas. Esses conceitos – e vários outros, muitas vezes considerados simples ideologias políticas ou linhas de pensamento econômico – tem uma historicidade própria, o que significa dizer que suas apropriações, representações e utilizações variam conforme o tempo e o espaço em que aparecem.

Em *O Liberalismo: Antigo e Moderno*, José Guilherme Merquior afirma que “[...] o liberalismo, um fenômeno histórico com muitos aspectos, dificilmente pode ser definido”⁵. Apesar disso, o autor tenta, ao longo da obra, traçar um panorama histórico do que ele entende como “liberalismos”, assumindo a multiplicidade de apropriações, (re)interpretações e aplicações dadas ao termo em diferentes contextos espaço-temporais.

Portanto, mesmo que seja complexo pensar em uma história do liberalismo brasileiro, tal tarefa não é impossível quando se aceita a diversidade de liberalismos que se propagaram nas diferentes conjunturas históricas do país – e do mundo. Afinal, ao longo da história do

3 REVISTA USP. *Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*. São Paulo. Nº 17, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1938>>. Acesso em 25 de jul. de 2019.

4 FERREIRA, Oliveiros S. *Do liberalismo no Brasil*. Revista USP. São Paulo, Nº 17, p. 8, 1993.

5 MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo: antigo e moderno*. Coleção Biblioteca José Guilherme Merquior. São Paulo: É Realizações Editora, 2014, p. 40.

Brasil, assim como nos diferentes cenários internacionais apresentadas por Merquior, há uma pluralidade de liberalismos e de atores desse pensamento liberal.

Assim, se é viável tratar de uma história do liberalismo brasileiro, desde os tempos coloniais, passando pelas diversas fases da República, identificando seus atores, suas práticas e suas propostas de ação, sabe-se, contudo, que o pensamento liberal no Brasil sofreu mutações que caminharam de acordo com o momento político vivido no país. Mas, apesar de reconhecermos a presença de iniciativas ligadas ao liberalismo no Brasil em vários períodos de nossa história, percebe-se no tempo presente um crescimento significativo do número de sujeitos e instituições que se autodenominam liberais e disseminam princípios do liberalismo.

Em abril de 2017, a revista *Exame* publicou uma matéria trazendo algumas das personagens desse suposto movimento liberal brasileiro recente. De acordo com a reportagem, temas como empreendedorismo, redução do papel do Estado no meio socioeconômico, privatizações e livre mercado estão entre as pautas do que o jornalista Luciano Pádua, responsável pelo texto, chamou de “nova fase do pensamento liberal no país”. Ainda segundo a revista, uma das expressões do novo liberalismo seria o surgimento de 26 centros de estudos liberais entre 2007 e 2017, os chamados *think tanks*. Alguns autores⁶ têm chamado essa “nova fase” do liberalismo que emerge dos institutos e *think tanks* contemporâneos de “ultraliberalismo”, uma tentativa de representar sua postura mais radical e também de diferenciá-lo do neoliberalismo, que aparece no Brasil com mais força a partir dos anos 1990.

Tanto o neoliberalismo dos anos 1980/1990, quanto o ultraliberalismo dos tempos recentes, normalmente são associados a Escola Austríaca de Economia, que tem como um de seus principais expoentes Friedrich von Hayek, e a Escola de Chicago, que tem Milton Friedman como seu mais afamado representante. Ambas escolas de pensamento econômico são conhecidas, principalmente, pela defesa do livre mercado e da redução do papel do Estado, principalmente na economia. A Escola de Chicago se popularizou ao atuar no campo econômico da ditadura de Pinochet, no Chile.

De acordo com Katia Baggio⁷, o termo “neoliberal” seria menos preciso para tratar das tendências de um “liberalismo acentuado, na era [recente] da globalização financeira” do que “ultraliberal”, pois já teria sido aplicado para designar propostas keynesianas antes dos anos 1980 e, depois disso, foi utilizado para designar o inverso: as concepções de Estado mínimo e privatizações.

6 Artigos de Kátia G. Baggio (2016) e Francisco Fonseca (2001) trazem importantes contribuições sobre o uso do conceito de “ultraliberalismo” para pensar os avanços do pensamento liberal na contemporaneidade.

7 BAGGIO, Kátia G. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Altas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In *Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campo Grande, 2016.

Percebe-se, então, que “neoliberalismo” é um conceito banalizado, pois seu uso é amplo, mas pouco sistematizado: “Ao longo dos anos, o termo neoliberal ganhou em abrangência, mas perdeu em precisão”⁸.

Jamie Peck, em *Constructions of Neoliberal Reason*⁹, tenta explicar o que seria o neoliberalismo, partindo do reconhecimento de que ele é, em essência, contraditório¹⁰. A nomenclatura “neoliberal”, surgida no entre guerras, objetivava designar um movimento de reelaboração do liberalismo dos séculos XVIII e XIX, adequando o *laissez-faire* ao século XX e compreendendo a necessidade de aceitar o papel do Estado para a implantação do processo de liberalização. Desde então, o neoliberalismo teria passado por contínuas reinvenções que o tornariam hegemônico no mundo globalizado.

Se internacionalmente a ascensão neoliberal relaciona-se a uma crise do keynesianismo a partir dos anos 1970 e 1980, no Brasil é possível dizer que o neoliberalismo aparece como uma resposta ao desenvolvimentismo praticado desde a Era Vargas (1930-1945) e também na ditadura militar (1964-1985). Ademais, não podemos ignorar que as relações entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), principalmente nos anos 1990, também tiveram papel significativo na disseminação e aplicação de medidas tidas como neoliberais no país.

Neste trabalho, darei preferência aos termos “liberal” e “liberalismo” para designar sujeitos e instituições defensores do livre mercado, do Estado mínimo e das liberdades individuais. Compreendo, então, “neoliberalismo”, “ultraliberalismo” e os demais desdobramentos e reformulações do pensamento e das práticas liberais como tipos de liberalismo que devem ser estudados historicamente.

Quando voltamos nossos olhares para a ditadura militar brasileira, é verificada uma presença considerável de sujeitos que hoje têm suas memórias recuperadas e reforçadas como liberais, como Hélio Beltrão, Roberto Campos e Eugênio Gudin, mas que apoiaram o golpe de 1964 e/ou trabalharam para os militares durante a ditadura. O incômodo causado por essa situação pode ser explicado pelas *possíveis contradições* entre defender o liberalismo e atuar, ao mesmo tempo, ao lado de um governo autoritário politicamente e interventor economicamente.

Quando digo *possíveis contradições* ao fazer referência a associações entre liberais e governos autoritários, espero frisar que, por mais que possa parecer contraditória a situação percebida em um primeiro olhar, ao verificar a existência de diferentes vertentes do

8 ONOFRE, Gabriel. *O papel dos intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX*. Tese de doutoramento, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2019

9 PECK, Jamie. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

10 Jamie Peck (2010) e Gabriel Onofre (2018) explicam que desde de suas origens, que são múltiplas, o chamado “neoliberalismo” é multiforme, plural e tem contradições internas, entre seus próprios precursores. Ou seja, falar de neoliberalismo sem determinar o que se entende por essa denominação, é algo vago.

pensamento liberal, nota-se que alguns que se dizem liberais, abrem mão de sua liberdade política e até de parte de sua liberdade econômica em outros contextos além do golpe e da ditadura de 1964 no Brasil.

Merquior, ao falar dos liberalismos conservadores, cita Juan Bautista Alberdi, considerado um dos fundadores do liberalismo argentino. De acordo com Merquior, Alberdi “Aceitava – e mesmo queria – a política autoritária, desde que trouxesse uma grande economia livre de amarras”. Roberto Campos, por sua vez, na apresentação do livro de Merquior, aponta algumas diferenças entre liberais e conservadores que ajudam no entendimento dos liberais-conservadores. Para Campos, os conservadores não teriam problemas em abrir mão da liberdade política se esta pudesse ameaçar as instituições e a ordem social estabelecidas através de propostas políticas nunca antes testadas¹¹.

A jornalista Naomi Klein, por sua vez, considera que não existe contradição entre os “novos liberais” da segunda metade do século XX, como Hayek e Friedman, e os governos autoritários. Em seu livro *A Doutrina do Choque*¹², Klein mostra associações de governos autoritários e propostas (neo)liberais em diversas partes do mundo, como na Ásia, América Latina, Leste Europeu e África. Dessa forma, pouco a pouco firma-se o argumento de que os liberalismos do pós-Segunda Guerra Mundial que aparecem e se consolidam em diversas partes do mundo são marcados pela aceitação de governos fortes, não democráticos e autoritários desde que isso garanta uma economia de livre mercado.

Contudo, o caso do Brasil se apresenta de uma forma diferente, uma vez que a economia brasileira do contexto da ditadura militar é essencialmente desenvolvimentista e marcada pela forte intervenção estatal. Ou seja, o capitalismo que se apresenta no período ditatorial brasileiro é marcado por laços entre um grupo seleto de empresas e o governo. Não há liberalismo econômico de fato entre 1964-1985. Porém, ainda assim, o governo contou com apoio de diversos sujeitos e instituições que diziam-se liberais.

Importante destacar que quando foi dada a largada no processo de abertura, muitos desses grupos liberais que apoiaram o regime, migraram para a oposição. É preciso compreender como se deu a troca de lado de setores liberais, de apoiadores do golpe de 1964 e colaboradores a opositores dos militares no contexto de abertura e reestabelecimento democrático¹³. Possivelmente, essa mudança de postura relaciona-se diretamente com o objetivo dos liberais de inserirem suas ideias e propostas na formação da nova ordem democrática que viriam a seguir.

Pelos estudos introdutórios, levanta-se a hipótese de que, possivelmente, o liberalismo brasileiro entre 1964 e 1989, desde o golpe até a eleição de Collor, esteve muito mais imbuído de significado econômico do que político. Isso pode ser explicado pela aproxima-

11 MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo: antigo e moderno*. Coleção Biblioteca José Guilherme Merquior. São Paulo: É Realizações Editora, 2014, p. 155; p. 31.

12 KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

13 NAPOLITANO, Marcos; *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 8.

ção dos liberais com os conservadores, muitas vezes através de alianças com a Igreja Católica e com militares na luta travada nesse período contra a esquerda (materializada no varguismo, no trabalhismo, na figura de Jango e na difusão do temor de uma suposta ameaça comunista). Por outro lado, essa aproximação entre liberais e conservadores contribuiu para o fortalecimento de um discurso de defesa do modelo capitalista (mesmo que este não fosse genuinamente liberal) contra a total ausência de liberdades (religiosa, política e econômica) que eles acreditavam que se materializaria no “comunismo” que esses sujeitos enxergavam em João Goulart.

A partir dessas percepções iniciais, nota-se que, pouco a pouco, principalmente quando o discurso social-democrata mais ligado a esquerda vai ganhando força, “ser liberal” no Brasil adquire uma conotação negativa. O liberalismo passa a ser, na conjuntura nacional, muito mais “neoliberal” (associado a processos de privatização enraizados na memória coletiva como equivocadas, mal feitas e prejudiciais ao povo e a total ausência de programas sociais). Além disso, o liberal passa a estar associado a um discurso doutrinário na economia, que representa a imposição do livre mercado a qualquer custo, estando acima das liberdades políticas e sociais e não sendo suficiente para atender as demandas urgentes de justiça social. Por fim, percebe-se a representação do liberalismo muito mais próxima do conservadorismo liberista (de valorização de tradições, manutenção de hierarquias, grupos de poder, livre mercado, etc.) do que da busca por (qualquer) liberdade.

Apesar de não haver uma raiz única para o ressurgimento das concepções liberais no século XX após as crises enfrentadas pelo capitalismo liberal no século XIX e na Crise de 1929, a Sociedade Mont Pèlerin é considerada um fator determinante para a ascensão do (neo)liberalismo. A Sociedade Mont Pèlerin foi fundada em 1947, após uma reunião de pensadores liberais e empresários organizada por Friedrich Hayek ocorrida em Mont-Pèlerin, na Suíça. Segundo Gabriel Onofre¹⁴, a Sociedade Mont Pèlerin pode ser caracterizada como

Uma rede internacional de estudiosos, empresários e jornalistas comprometida com a promoção das ideias do liberalismo clássico. O objetivo da organização era persuadir intelectuais, formadores de opinião, políticos e, conseqüentemente, a população em geral a alterar o caminho que [segundo Hayek] se anunciava.

Esse “caminho que se anunciava”, para Hayek, seria o avanço das ideias de esquerda e do intervencionismo estatal, seja pelo próprio comunismo/socialismo, seja pelo estado de bem estar das democracias sociais, seja pelo keynesianismo. Afinal, como já identificado

14 ONOFRE, Gabriel. *O papel dos intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX*. Tese de doutoramento, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2018, p. 160.

por Michel Foucault em *O Nascimento da Biopolítica*¹⁵, não havia, para os neoliberais, oposição entre socialismo e capitalismo. Mas, sim, entre estatismo e “liberdade” (de mercado). Por isso Foucault aponta que os chamados neoliberais alimentaram uma retórica de fobia do Estado. Porém, ao mesmo tempo, precisaram se aproximar do Estado e fazerem concessões, como identificado por Peck (2010), caracterizando o viés “promíscuo”, dúbio e contraditório do neoliberalismo como bem explicita o autor.

A Sociedade Mont Pèlerin foi fundada por pouco mais de trinta pessoas, dentre eles o próprio Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman, economistas conhecidos pela sua ligação com a Escola Austríaca de Economia e também com a Escola de Chicago. Dentre os liberais brasileiros que atuaram no contexto brasileiro da ditadura militar, alguns foram vinculados à Sociedade Mont Pèlerin, como Eugênio Gudín, Henry Maksoud e José Oswaldo de Meira Penna.

Gudín é citado pela literatura e pela imprensa como um dos economistas liberais mais importantes do Brasil (apesar de sua formação em engenharia civil) e foi um dos responsáveis pela fundação e consolidação do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), criado em 1951 como um *think tank* que funcionava dentro da Fundação Getúlio Vargas. Segundo Ricardo Bielschowsky¹⁶, a Fundação Getúlio Vargas foi o núcleo de militância intelectual dos neoliberais e o IBRE teria sido parte fundamental da difusão do neoliberalismo no contexto nacional. Nos anos da ditadura militar, Gudín publicou regularmente colunas no jornal *O Globo*, tecendo constantes críticas ao aumento da participação do Estado da economia, mas reconhecendo seu apoio ao “braço firme do regime militar”, considerado por ele como algo necessário no contexto de “perigo vermelho”.

Henry Maksoud, por sua vez, foi talvez o empresário mais envolvido com o movimento liberal brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Em 1974, Maksoud comprou a revista *Visão* e passou a utilizá-la para disseminar valores liberais para o público geral. Entre 1977 e 1981, Maksoud financiou várias vindas do economista Friedrich von Hayek ao Brasil para aproximar os políticos e intelectuais brasileiros à Escola Austríaca de Economia. Hayek visitou São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Elio Gaspari, em *A Ditadura Acabada*¹⁷, aponta que Golbery do Couto e Silva, então Ministro-chefe do Gabinete Civil do Brasil, teria dito não ter espaço na agenda para receber Hayek. Gaspari ainda completa dizendo que “Anos Antes, Geisel não tivera agenda para receber Milton Friedman”. Não foram encontradas maiores informações sobre os incidentes, mas eles podem indicar que os dirigentes da ditadura militar não tinham interesse em se aproximar dos teóricos do pensamento econômico (neo)liberal do período.

15 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

16 BIELCHOSWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo econômico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

17 GASPARI, Elio. *A ditadura Acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p. 396.

A editora *Visão*, após ser adquirida por Maksoud, também foi responsável por publicar várias obras traduzidas de autores liberais estrangeiros no Brasil. Além disso, Maksoud comandou um programa de entrevistas na Rede Bandeirantes entre 1988 e 1990, no qual fazia entrevistas e também abordava temas afins ao liberalismo.

A *Visão* conta com editoriais do próprio Henry Maksoud em todas as suas edições publicadas após setembro de 1974. Otávio Gouvêia de Bulhões, que ocupou o cargo de Ministro da Fazenda de Castelo Branco entre 1964-67, também aparece como um dos colunistas recorrentes da revista. A partir de seus conteúdos, é possível perceber qual a visão de liberalismo Maksoud tinha e de que forma ele esperava aplicar isso ao Brasil.

Em consultas pontuais a alguns números da *Visão* publicados entre 1974 e 1980, pude notar uma grande preocupação editorial em reforçar a importância da abertura política e econômica. Também foi perceptível a relevância dos anúncios para a revista, com chamadas constantes convidando empresários a anunciar (inclusive, as páginas de anúncio em alguns números são de qualidade superior ao papel utilizado no restante da revista). Por outro lado, não havia, aparentemente, a preocupação com uma moral conservadora, tendo em vista que apareceram em várias das edições consultadas charges irreverentes e fotografias com nudez.

Henry Maksoud também publicou alguns livros sobre sua visão de liberalismo que são fundamentais para mapear sua atuação no meio político e intelectual. Dentre estes livros publicados, destacam-se: *Ensaio sobre a liberdade* (1981), *Ideias para a Nação progredir com liberdade e empreendimento* (1978) e *Proposta de Constituição para o Brasil de Henry Maksoud* (1988). Este último merece atenção especial pois condensa as ideias políticas e econômicas que Maksoud tem para o Brasil, além de demonstrar sua defesa pela democracia, regime político defendido por Hayek que consiste, em linhas gerais, a um sistema político com Estado muitíssimo limitado e burocracia praticamente inexistente.

Importante ressaltar que Maksoud tinha empresas em vários ramos. Além da revista/editora *Visão*, o empresário possuía uma empresa de tecnologia (Cisco), o famoso Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, e empresas de engenharia. Dentre estas últimas, destaca-se a Hidroservice, uma das maiores empreiteiras dos anos 1960 e 1970, responsável por obras em parceria com o governo militar como a Usina de Itaipu e a Barragem de Sobradinho.

Diplomata e escritor, Meira Penna foi, assim como Henry Maksoud e Eugênio Gudin, um dos poucos brasileiros a fazerem parte da Sociedade Mont Pèlerin. Fundou, em 1986, a Sociedade Tocqueville, com o intuito de reunir liberais, junto com outros intelectuais brasileiros ligados, de alguma forma, ao pensamento liberal, como Antônio Paim, Ricardo Vélez Rodríguez e Ubiratan Borges de Macedo. Meira Penna também fez parte do Instituto Liberal após sua fundação nos anos 1980.

Interessante apontar que Antônio Paim, Ricardo Vélez Rodríguez e Ubiratan Borges de Macedo, além de Miguel Reale – tido como um liberal, mas que chegou a atuar no movi-

mento integralista brasileiro, de caráter fascista –, foram membros e colaboradores do IBF, Instituto Brasileiro de Filosofia, que publicou artigos acadêmicos no período da ditadura militar pela revista *Convivium*. A *Convivium* era vinculada também ao IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, conhecido por sua atuação fundamental na articulação do golpe de 1964.

A revista era publicada a cada dois meses e tinha artigos contemplando temas filosóficos, políticos, artísticos, literários e religiosos. Sobre este último tema, é importante ressaltar que, de dez números da revista com os quais já tive contato, todos eles tinham ao menos um artigo sobre a filosofia ou a moral católica. Notou-se uma profunda ligação entre a linha editorial da *Convivium* com o catolicismo, o que é demonstrado em vários artigos que zelam pelo discurso conservador.

A partir desse primeiro contato com a revista e tendo conhecimento de que os intelectuais do IBF não sofreram nenhum abuso ou intimidação por parte do governo ditatorial – diferente de estudiosos vinculados ao ISEB¹⁸ (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) ou outros institutos que foram perseguidos por uma espécie de “terrorismo cultural”¹⁹ – é possível inferir que a aproximação entre o liberalismo e o conservadorismo no Brasil já era evidente no período ditatorial.

Outros atores do liberalismo brasileiro que tiveram atuação destacada – e também contraditória – durante a ditadura de 1964, foram Roberto Campos, Otávio Gouvêa de Bulhões – já citado brevemente – e Hélio Beltrão.

Assim como Eugênio Gudin, Roberto Campos é considerado um dos maiores economistas brasileiros. Apesar de ter se inclinado ao keynesianismo, em fins dos anos 1960, Campos voltou-se ao modelo liberal econômico. Roberto Campos foi Ministro do Planejamento de Castelo Branco entre 1964-1967, quando Bulhões ocupou o cargo de Ministro da Fazenda. Roberto Campos também integrou o IPES²⁰, organização apontada como parte de um cultura liberal-conservadora que teve parte muito relevante na articulação do golpe de 1964, como já dito.

Destaca-se que um dos fundadores do IPES, Paulo Ayres Filho, também foi membro da Sociedade Mont Pèlerin e participou das atividades do Instituto Liberal após sua criação na década de 1980.

Bulhões, por sua vez, é tido como um dos representantes da proposta econômica liberal/neoliberal no Brasil e, assim como Roberto Campos, era associado ao IPES e atuou como Ministro da Fazenda entre 1964 e 1967 também no governo de Castelo Branco. Além

18 O ISEB tem ligação com a disseminação do modelo desenvolvimentista no Brasil e foi invadido e depredado nos primeiros dias após o golpe de 1964 (GONÇALVES, 2015, p. 2).

19 GONÇALVES, R. J. M. O golpe de 1964, o Instituto Brasileiro de Filosofia e a “Consciência Conservadora”. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, jul. 2015, p. 2-3.

20 Associados do IPES citados: Informação disponível no segundo volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade com texto temático nº8: “Civis que colaboraram com a ditadura”.

disso, Bulhões trabalhou ao lado de Eugênio Gudín no IBRE e como colunista da revista *Visão de Maksoud*.

Outro associado do IPES que trabalhou para os militares e que também é tido como um liberal, é Hélio Beltrão. Beltrão teve várias ligações com a ditadura militar desde a articulação do golpe. Foi apontado como associado do IPES, foi um dos signatários do Ato Institucional nº5 e atuou, por curto período de tempo no ano de 1969, como Ministro do Planejamento. No governo de João Figueiredo, Hélio Beltrão foi Ministro da Desburocratização, ministério que tinha como objetivo diminuir as burocracias do governo, bandeira levantada por vários liberais.

Curioso destacar que Beltrão é pai de Hélio Coutinho Beltrão²¹, fundador do Instituto Mises Brasil, um dos maiores *think tanks* do liberalismo contemporâneo que busca resgatar uma memória positiva tanto do pai quanto da Escola Austríaca de economia.

Ao longo da pesquisa que está em desenvolvimento, espero aprofundar o estudo sobre as relações entre esses atores do liberalismo. Eles não atuaram de maneira dispersa. Eles conviviam, trabalhavam juntos, debatiam. Eles formaram verdadeiras redes de sociabilidade intelectual. Por isso, torna-se fundamental compreender suas trajetórias individuais, mas ao mesmo tempo, compreender também suas inter-relações.

Se no tempo presente o *think tanks* liberais estão surgindo cada vez mais rápido e em maior quantidade, como citado no início do artigo, esses primeiros contatos entre os atores do liberalismo brasileiro aconteceram na segunda metade do século passado. Foi no contexto da redemocratização que surgiram os primeiros *think tanks* que atuam ainda hoje: o Instituto Liberal e o Instituto de Estudos Empresariais. Porém, as redes de sociabilidade que os atores do liberalismo construíram surgiram muito antes da redemocratização, dentro dos já citados IPES, IBRE, IBF e a própria Sociedade Mont Pèlerin – que por sua vez, abria porta para redes de sociabilidade com liberais estrangeiros.

Portanto, os próximos passos da pesquisa seguirão em busca de compreender as inter-relações entre esses atores do liberalismo e de que forma essas redes de sociabilidade intelectual que eles criaram impactaram suas ações, propostas e ideias dentro do contexto político-econômico brasileiro da segunda metade do século XX e também dos tempos atuais, tão marcados pela retomada das produções e das memórias sobre esses sujeitos. De maneira complementar, seguirei analisando as maneiras encontradas por esses atores do liberalismo brasileiro para inserirem suas concepções liberais nos debates públicos, tentando perceber a influência – ou não – das práticas utilizadas pelos atores do liberalismo internacional para fazer isso em outros contextos.

²¹ Em artigo publicado no site do próprio Instituto Mises Brasil, logo no início da gestão do governo Bolsonaro, Hélio C. Beltrão retoma a memória de seu pai com o Ministério da Desburocratização e sugere que, com a direção de Paulo Guedes no Ministério da Fazenda, seja aplicado um novo programa de desburocratização que facilite as ações da iniciativa privada. Artigo completo disponível em: <<https://www.mises.org.br/BlogPost.aspx?id=2975>>. Acesso em 02 de ago. 2019.